

FERNANDO
HENRIQUE
CARDOSO

DIÁRIOS VOLUME 2
DA 1997-1998
PRESIDÊNCIA

SUMÁRIO

Apresentação | 11

Lista de siglas | 19

1997

2 A 16 DE JANEIRO DE 1997

Curtas férias. Negociações para a eleição das mesas do Congresso. Convenção do PMDB sobre a emenda da reeleição | 29

18 A 26 DE JANEIRO DE 1997

Tensão no Congresso. Viagem a Pernambuco | 54

27 A 31 DE JANEIRO DE 1997

Votação da emenda da reeleição na Câmara | 72

5 DE FEVEREIRO DE 1997

Vitória de ACM e Temer à presidência do Senado e da Câmara. Aprovação da emenda da reeleição em primeiro turno | 80

17 DE FEVEREIRO DE 1997

Viagem à Inglaterra e à Itália | 89

18 A 27 DE FEVEREIRO DE 1997

Polêmica com o Supremo. Aprovação em segundo turno da emenda da reeleição. Desavenças na base aliada | 99

2 A 7 DE MARÇO DE 1997

Escolha de Aécio Neves para líder do PSDB na Câmara. Reflexão sobre o PT | 112

9 A 14 DE MARÇO DE 1997

Visitas de Jacques Chirac e do chanceler cubano. Visita ao ABC Paulista. Encontros com sindicalistas | 118

17 a 29 de março DE 1997

Jantar com o presidente do Banco Mundial. Intervenção federal no Bamerindus. Viagens ao Rio de Janeiro e ao Nordeste | 124

1º A 8 DE ABRIL DE 1997

Reforma administrativa: negociações difíceis. Reunião com Itamar Franco. Desentendimentos com Sérgio Motta | 141

10 A 17 DE ABRIL DE 1997

Reuniões com empresários. Viagem a Roraima e ao Amazonas. Marcha do MST | 152

- 19 A 29 DE ABRIL DE 1997**
Visita de José María Aznar. Reunião com o MST. Viagem ao Canadá | 162
- 3 A 13 DE MAIO DE 1997**
Privatização da Vale do Rio Doce. Denúncia da compra de votos | 175
- 14 A 22 DE MAIO DE 1997**
*Ainda o escândalo da compra de votos. III Reunião das Américas.
Iris Rezende e Eliseu Padilha entram para o ministério | 190*
- 24 A 31 DE MAIO DE 1997**
*Repercussões da entrada do PMDB no ministério. Crise em Alagoas.
Reunião da Câmara de Relações Exteriores e Defesa Nacional | 208*
- 2 A 15 DE JUNHO DE 1997**
*Visita dos imperadores do Japão. Aprovação final da PEC da reeleição.
Possíveis alterações na comunicação do governo | 218*
- 16 A 25 DE JUNHO DE 1997**
*Encontro com Maluf. Greve da PM. Viagem aos EUA para
a Assembleia Geral da ONU | 230*
- 28 DE JUNHO A 16 DE JULHO DE 1997**
*Discussões sobre sucessão no BC. “Consenso de Brasília.”
Telecomunicações: leilões da “Banda B” e aprovação da Lei Geral | 242*
- 18 A 31 DE JULHO DE 1997**
*Votação da prorrogação do Fundo de Estabilização Fiscal.
Tiroteio e troca de governo em Alagoas.
Grave desgaste com Sérgio Motta | 259*
- 1º A 17 DE AGOSTO DE 1997**
*Gustavo Franco assume a presidência do BC. Viagem à Bahia.
Privatização das elétricas: primeiras conversas | 279*
- 18 A 29 DE AGOSTO DE 1997**
*Viagem ao Paraguai. Mercosul e Alca.
Crise no Conselho Federal de Educação | 291*
- 8 A 12 DE SETEMBRO DE 1997**
*Rusgas com Sarney. Desgaste com Ciro Gomes.
Parceria entre Petrobras e Odebrecht no polo petroquímico de Paulínia | 305*
- 14 A 30 DE SETEMBRO DE 1997**
*Desgaste com Mário Covas e problemas internos do PSDB.
Reuniões com Itamar e Arraes. Resistências à parceria Petrobras-Odebrecht | 321*
- 2 A 13 DE OUTUBRO DE 1997**
*Viagem ao Chile. Visita do papa.
Preparativos da visita de Clinton ao Brasil | 340*
- 14 A 30 DE OUTUBRO DE 1997**
*Visita do presidente norte-americano. Ciro Gomes lança sua
pré-candidatura à Presidência. Início da crise asiática | 354*

3 A 14 DE NOVEMBRO DE 1997

*Agravamento da crise asiática.
Viagem à Colômbia e à Venezuela.
Pacote econômico | 372*

15 A 30 DE NOVEMBRO DE 1997

*Ainda a crise asiática. Vitória na reforma administrativa.
Viagem à Guiana Francesa | 391*

7 A 12 DE DEZEMBRO DE 1997

*Viagem à Inglaterra. Negociações do Protocolo de Quioto.
Vitória na reforma da Previdência | 413*

15 A 31 DE DEZEMBRO DE 1997

*Cúpula do Mercosul. Disputas no PSDB paulista.
Férias na Marambaia | 427*

1998

1º A 10 DE JANEIRO DE 1998

*Leituras e reminiscências. Conversa com José Serra.
Reunião sobre o câmbio | 443*

11 A 24 DE JANEIRO DE 1998

*Visita do premiê canadense. Encontro com Mário Covas.
Almoço com Sarney | 459*

27 DE JANEIRO A DE 4 DE FEVEREIRO DE 1998

*Reflexões sobre o governo. Viagem à Suíça.
Disputas internas no PMDB e no PFL | 471*

6 A 24 DE FEVEREIRO DE 1998

*Almoço com Itamar. Vitórias na reforma da Previdência.
Viagens ao Nordeste | 484*

25 DE FEVEREIRO A 6 DE MARÇO DE 1998

*Carnaval em Ibiúna. Conversa com ACM.
Visita do primeiro-ministro da Itália | 497*

8 A 20 DE MARÇO DE 1998

*Convenção do PMDB. Rompimento com Itamar.
Negociações com José Serra para seu retorno ao governo | 505*

23 A 31 DE MARÇO DE 1998

*Serra no Ministério da Saúde. Sanção da Lei Pelé.
Viagens a Minas e São Paulo | 517*

2 A 20 DE ABRIL DE 1998

*A reformulação do ministério. Morte de Sérgio Motta.
Segunda Cúpula das Américas | 529*

- 23 DE ABRIL A 4 DE MAIO DE 1998**
Morte de Luís Eduardo Magalhães. Crise no PMDB.
Seca e saques no Nordeste | 554
- 9 A 15 DE MAIO DE 1998**
Votações finais das reformas administrativa e da Previdência.
Viagem à Bahia. Negociações de paz entre Peru e Equador | 568
- 18 A 25 DE MAIO DE 1998**
Viagem a Espanha, Suíça e Portugal.
Prelúdio da campanha eleitoral | 581
- 28 DE MAIO A 5 DE JUNHO DE 1998**
Mais negociações de paz. Lula sobe nas pesquisas.
Conversas com empresários de mídia | 592
- 7 A 18 DE JUNHO DE 1998**
Viagem aos Estados Unidos. Reunião na ONU. Copa do Mundo.
Formação da equipe de campanha | 603
- 19 DE JUNHO A 2 DE JULHO DE 1998**
Ainda o PMDB. Convenções dos partidos aliados. Alianças estaduais.
Greve nas universidades. Prorrogação da CPMF | 617
- 3 A 15 DE JULHO DE 1998**
Início da campanha. Fernando Henrique volta a subir nas pesquisas.
Visita de Kofi Annan | 633
- 17 DE JULHO A 3 DE AGOSTO DE 1998**
Primeiro comício da campanha. Visita de Nelson Mandela.
Cúpula do Mercosul Privatização da Telebrás | 648
- 3 A 21 DE AGOSTO DE 1998**
Comícios e reuniões de campanha. Vantagem nas pesquisas.
Viagem ao Paraguai. Crise na Rússia | 662
- 23 DE AGOSTO A 1º DE SETEMBRO DE 1998**
Viagens à Bahia, ao Paraná e ao Rio de Janeiro.
Agrava-se a crise russa | 675
- 4 A 10 DE SETEMBRO DE 1998**
Programa de governo. Fuga de dólares. Visita de Fidel Castro.
Ministério da Saúde | 686
- 11 A 20 DE SETEMBRO DE 1998**
Pânico e instabilidade nos mercados. Aumento dos juros.
Conversas com Clinton e o FMI. Bastidores da privatização da Telebrás | 695
- 23 A 29 DE SETEMBRO DE 1998**
Discurso sobre a crise. Reta final da campanha. Câmbio e déficit | 707
- 3 A 9 DE OUTUBRO DE 1998**
Reeleição no primeiro turno. Negociações com o FMI.
Ajuste fiscal em preparo | 714

- 11 A 24 DE OUTUBRO DE 1998**
Descanso na Bahia. Disputas políticas nos estados.
Cúpula Ibero-Americana em Portugal | 725
- 26 DE OUTUBRO A 8 DE NOVEMBRO DE 1998**
Segundo turno nos estados. Equador e Peru assinam a paz.
Programa de Estabilização Fiscal | 738
- 10 A 22 DE NOVEMBRO DE 1998**
Grampos do BNDES e dossiê Cayman.
Os irmãos Mendonça de Barros e André Lara Resende se demitem | 753
- 26 DE NOVEMBRO A 3 DE DEZEMBRO DE 1998**
Visita do premiê holandês. Formulação do novo ministério.
Derrota na votação do ajuste fiscal | 768
- 5 A 12 DE DEZEMBRO DE 1998**
Ainda os grampos do BNDES. Reunião do Mercosul no Rio.
Encontro com Lula | 782
- 14 A 20 DE DEZEMBRO DE 1998**
Formação do ministério. Visita de Hugo Chávez.
Dificuldades com Eduardo Jorge | 793
- 21 DE DEZEMBRO DE 1998 A 1º DE JANEIRO DE 1999**
Mais discussões sobre o futuro ministério.
Gustavo Franco, demissionário.
Preparativos para a posse do segundo mandato | 803

Índice remissivo | 825

Sobre o autor | 869

APRESENTAÇÃO

O que me pareceu mais surpreendente e significativo na preparação deste volume dos *Diários da Presidência* foi ver como o exercício do poder provoca, com o andar do tempo, um desgaste entre as instituições e nos próprios atores, e como de repente o mar calmo da vida política pode se encapelar. Se os timoneiros não cuidarem do navio e da rota, lá se vai o barco embora.

Entre os temas predominantes, à parte os econômicos e sociais, este volume lida o tempo inteiro com o jogo partidário e com a mídia. E de vez em quando, como se diz em um ditado alemão, um raio pode cair na cabeça em dia de céu azul. Dentre os raios — os atritos inesperados —, os mais apavorantes vieram do cenário financeiro internacional e das crises que eles provocaram ora na condução da política de câmbio e juros, ora no temor de que se interrompesse o fluxo de capitais internacionais. Em 1997 e 1998, ainda lidávamos com as mudanças da política econômica e das práticas nas finanças públicas para assegurar a continuidade do Plano Real.

Um dos equívocos mais constantes na apreciação do grande jogo político é pensar que ele depende de atos decisórios de quem comanda. Depende, como é óbvio. Mas não só: o mais difícil é compreender que as mudanças são processos que precisam ser mantidos, que requerem a continuidade das decisões tomadas, principalmente quando elas afetam formas de comportamento e implicam, portanto, mudanças culturais.

Desse ângulo, a reiteração de conversas e as tentativas de definição de medidas adequadas para resolver impasses financeiros e econômicos, incluindo-se aí choques de opinião entre ministros e demais membros do governo, são uma boa ilustração das dificuldades do processo decisório. Na vida prática as ideias só ganham força quando são aceitas pelos que devem se comportar em conformidade com elas. Não basta tê-las; é preciso que as pessoas que formam o governo e as que na sociedade serão afetadas pelas medidas se alinhem de maneira a que o efeito delas possa ser sensível e perdure.

O exemplo disso se vê na tenaz tentativa de ajustar as políticas de câmbio e juros descrita neste volume. Que presidente, ou qual governo, não desejaria manter os juros baixos e o câmbio bem ajustado? Isso por motivos óbvios, pelo maior incremento do consumo e pelas melhores condições para o investimento que, em tese, juros mais baixos proporcionam. E também por facilitar as exportações e aumentar a competitividade do país. O ideal seria obter a “justa” taxa de câmbio e manter os juros variando de acordo com o aquecimento ou com o arrefecimento da atividade econômica.

Entretanto, no meio do caminho está sempre presente a possibilidade de que, se não corretamente ajustados, esses instrumentos decisivos da política econômica

(e só sabemos se estão ou não na posição “certa” ex post) venham a provocar inflação, crise na balança de pagamentos, corrida contra a moeda nacional, assim por diante, dependendo de fatores que na maioria das vezes estão fora do controle da política econômica, por exemplo maior ou menor liquidez internacional ou a relação entre os termos de troca, como os economistas se referem ao valor relativo dos produtos de exportação (em geral commodities) e os de importação. É preciso considerar ainda que, em nosso caso específico, tínhamos que adotar medidas condizentes com o objetivo prioritário de consolidar a estabilidade monetária em uma economia que havia décadas sofria os efeitos negativos de altas taxas inflacionárias.

Na leitura deste volume, se vê como eu e vários outros percebêramos a necessidade de desvalorizar a moeda e de baixar a taxa de juros muito antes de o havermos obtido. Assim como pressentíamos crises no mercado mundial. A despeito de nossa compreensão e vontade, nem sempre conseguimos agir a tempo de evitar sérios problemas. Saber não é querer e querer não é fazer.

Não escrevo estas linhas para me desculpar: diante da História não há desculpas individuais; há julgamentos, que só valem quando feitos por terceiros. Mais ainda, os julgamentos vão se desfazendo e se refazendo no decorrer do tempo. Escrevo com o mero propósito de esclarecer em que condições as decisões políticas operam. Criar condições favoráveis para que elas se deem e para que tenham consequências práticas é o desafio para quem se embrenha nos ásperos caminhos da responsabilidade política. Quem os percorre deve saber de antemão que acertos, erros, críticas e mesmo infâmias fazem parte do jogo do poder.

O exercício do poder só se justifica do ponto de vista pessoal se for encarado como missão, com objetivos definidos e o mais possível expostos e aceitos pela maioria — pelo menos nas democracias. E mais: se erros houver na tomada de decisões, eles não devem ser motivados por mera cobiça, arrogância ou vontade unilateral de impor. A conformidade íntima com tais cuidados conforta o espírito de quem comanda, embora não o absolva no juízo de terceiros que estejam mais preocupados com o curso das coisas do que com os tormentos dos poderosos.

Os exemplos da luta íngreme para obter resultados ficam também visíveis no que está por trás das idas e vindas de governadores, prefeitos, políticos e partidos no apoio às decisões presidenciais. No período em questão, o governo estava reestruturando as dívidas dos estados e municípios, fechando bancos estaduais — alguns eram verdadeiras gazuas para assaltar as finanças populares via endividamento crescente dos governos e aumento da inflação —, sem falar nos esforços para sanear o sistema financeiro privado. Os nomes dos programas ressoam até hoje, Proer e Proes. Os vaivéns estão ilustrados em muitas conversas descritas nestes anos dos *Diários*.

De tudo isso, e mais ainda das lutas propriamente partidárias, inclusive no caso da emenda da reeleição, se compôs o combustível da vida política nacional no período em exame. O jogo dos partidos e o papel da mídia, bem como, independentemente desta, mas por ela ecoado, o papel das infâmias na política, teceram o enredo do poder.

A formação do ministério como descrita no volume anterior (1995-1996) mostra o quanto os efeitos positivos do Plano Real sobre a economia, em particular para os mais pobres, e a votação consequente, esmagadora, na eleição de 1994, dotaram o presidente de enorme liberdade para a escolha de ministros quando da formação do primeiro gabinete.

Como consequência de nosso (imperfeito) sistema partidário-eleitoral, os presidentes se elegem com maioria absoluta seja no primeiro turno, como em meu caso, seja no segundo, como no caso dos demais presidentes eleitos até agora depois da Constituição de 1988. Contudo, o partido a que pertence o presidente não ultrapassa em muito, na melhor das hipóteses, os 20% do Parlamento. Logo, a formação de maiorias congressuais, condição indispensável para fazer avançar qualquer agenda governamental nos sistemas democráticos, obriga à composição de alianças. Elas em geral são malvistas pela opinião pública, pois implicam compartilhar parte do aparelho estatal e mesmo da condução política. Mas são inevitáveis. Enquanto o público pensa que o presidente tudo pode, ele sabe (e quando não sabe, pior) que sem apoio político não governa.

No início do primeiro mandato, pude nomear livremente as pessoas que escolhi para os postos-chave da administração. Construí uma casamata nas áreas que, naquele momento, eram prioritárias: toda a esfera econômica, educação, saúde, justiça, previdência, questões agrárias. Compus um quadro administrativo que, embora levasse em conta o Congresso, expressava mais diretamente o que eu pensava sobre o país e os projetos que tinha para melhorar a situação das pessoas, do Estado e da nação, tal como expus na campanha eleitoral. Nomeei quem eu bem entendi.

No presente volume, vê-se o enorme esforço que fiz para manter o essencial, cedendo aqui e ali a composições partidárias: as crises econômicas e a ação das oposições (por exemplo, as contínuas marchas do MST sobre Brasília e adjacências, o surgimento de “escândalos” e ameaças de CPI para afetar o governo) acabaram por desgastar o capital político inicial. Estes relatos mostram as ginásticas que fiz para, a despeito disso tudo, manter o rumo e evitar que o país sofresse um retrocesso. No afã de aprovar algumas reformas, tive que ceder a pressões dos partidos, sempre que possível aceitando nomes de bons ministros, mas nem sempre.

O PSDB, no geral, compreendeu que política de alianças significa sacrificar algo do partido predominante no Executivo. Houve aliados de outros partidos que também entenderam as dificuldades do país e muitas vezes me ajudaram a conter os ímpetos de seus correligionários. Sem falar naquele que foi vice-presidente durante meus dois mandatos — Marco Maciel é um exemplo de político que, fiel a suas raízes, tudo fez para que elas não dificultassem seu compromisso nacional.

Seria injusto não agradecer o desempenho de líderes e de congressistas de muitos partidos, do PSDB e de outros, que se esfalfaram para aprovar reformas de interesse público, frequentemente impopulares. E também de ministros e altos funcionários, os quais algumas vezes aparecem nestes *Diários* de modo incompleto e mesmo